

BOLETIM 1458

Brasília (DF), 3 de julho de 2026



Presidente do Senado sinaliza apoio ao fim da escala 6x1 em reunião com centrais

Entidades saem otimistas de reunião com Alcolumbre, mas Senado ainda não define prazo para votar fim da escala 6x1 (foto)

Representantes das principais centrais sindicais do país se reuniram nesta quarta-feira (1º) com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para discutir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala 6x1. Embora o encontro tenha sido avaliado como positivo pelos participantes, não houve definição de um calendário para votação da proposta.

A reunião ocorreu antes da sessão de debates temáticos realizada no plenário do Senado sobre a matéria e contou com a participação de parlamentares governistas e dirigentes das principais centrais sindicais. O encontro foi convocado em meio à crescente pressão de trabalhadores e movimentos sociais, que realizaram

manifestações em diversas cidades brasileiras na última terça-feira (30), cobrando celeridade na análise da PEC.

Durante a reunião, Alcolumbre manifestou apoio ao mérito da proposta e surpreendeu representantes sindicais ao defender que a redução da jornada entre em vigor imediatamente após a promulgação da emenda constitucional, sem o período de transição de 60 dias previsto no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. A possibilidade de uma emenda de redação para retirar esse prazo será analisada pela consultoria legislativa do Senado.

O senador Paulo Paim afirmou que a posição de Alcolumbre demonstra disposição para acelerar a aprovação da matéria. Em entrevista coletiva após o encontro, Paim e a líder do governo na Casa, senadora Teresa Leitão (PT-PE), salientaram que a discussão sobre o tema está em andamento desde que a proposta chegou ao Senado, em maio, e que não existem divergências em relação ao conteúdo da matéria. O momento agora, segundo os parlamentares, é de definição dos procedimentos para avanço da tramitação.

CONTRICOM PRESENTE



O presidente da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira (foto), compareceu à audiência pública realizada pelo Senado Federal para debater a PEC que trata da jornada de trabalho. O dirigente afirmou que ela “representa um salto na qualidade de vida do trabalhador, de sua qualificação e produtividade, razão pela qual todos ganham com sua aprovação”. Uma delegação do STICOMBE Brasília, liderada pelo presidente Raimundo Salvador, também participou do evento no Senado Federal e apoiou a iniciativa.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - O Senado Federal realizou, nesta quarta-feira (19), uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019), que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas.

Coordenado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) (*foto*), o debate reuniu representantes das centrais sindicais, parlamentares, integrantes do Governo Federal, especialistas e entidades empresariais para discutir os impactos da proposta nas relações de trabalho, na economia e na qualidade de vida da população.

Segundo o senador, a redução da jornada sem redução salarial deve ser compreendida como uma política de desenvolvimento, justiça social e saúde pública, capaz de garantir mais tempo para a convivência familiar, a qualificação profissional, o lazer e a qualidade de vida.

"Esse tema não é apenas uma discussão trabalhista. É uma discussão sobre desenvolvimento, produtividade, saúde pública e qualidade de vida. Nenhum indicador econômico é mais importante do que a dignidade das pessoas, a justiça social e a vida humana", concluiu.

Paim também destacou que as transformações tecnológicas e as novas formas de organização do trabalho exigem uma atualização das relações trabalhistas, construída por meio do

diálogo entre trabalhadores, empregadores e poder público.

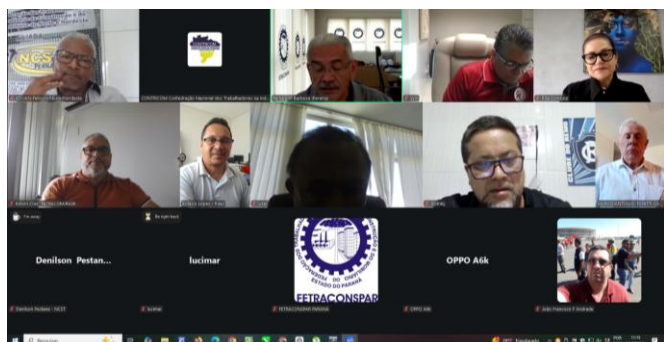
ESTUDOS - Durante a audiência, representantes do Governo Federal defenderam a redução da jornada com base em estudos técnicos que apontam impactos positivos para trabalhadores e empresas.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, apresentou levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual o custo médio adicional para as empresas seria de aproximadamente 7,8%, percentual que, segundo ele, não comprometeria a atividade econômica.

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou estudos do Ministério do Trabalho e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicando que jornadas mais equilibradas podem aumentar a produtividade, reduzir o absenteísmo, melhorar o ambiente de trabalho e facilitar a contratação de trabalhadores. Marinho também destacou o crescimento dos casos de adoecimento relacionados ao excesso de trabalho, especialmente entre mulheres e jovens.

SEM PRAZO - Apesar do clima considerado favorável, Alcolumbre evitou assumir qualquer compromisso sobre datas para a tramitação. A definição do relator, o encaminhamento da PEC à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a construção de um calendário de votação continuarão sendo discutidos nas próximas semanas.

As entidades sindicais também defenderam que a redução da jornada, sem diminuição salarial, contribuirá para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, preservar a saúde física e mental, estimular a geração de empregos e elevar a produtividade. Os dirigentes afirmaram ainda que continuarão mobilizados para pressionar o Senado até que a proposta seja votada.



DIRETORIA DA CONTRICOM REFORÇA ENCONTRO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

A Diretoria da CONTRICOM reuniu-se nesta sexta (3) por teleconferência **(foto)**, quando foram debatidos vários temas de interesse da entidade, do movimento sindical e dos trabalhadores.

O presidente da entidade, Reinaldim Barboza Pereira, que coordenou a reunião, reforçou a importância da 28ª edição do **Encontro Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moveleira**, tradicional evento anual do setor que será realizado nos dias 15/16 de julho, em Arapongas (PR).

Segundo Reinaldim, já são quase 180 inscritos de todo país e já foram confirmados inúmeros e qualificados palestrantes para tratar de diversos temas de interesse dos trabalhadores. Foi confirmada também a presença da Internacional da Construção e da Madeira (ICM) e de dois dirigentes sindicais argentinos.

PEC DA JORNADA DE TRABALHO – O presidente da CONTRICOM também informou sobre sua participação na Audiência Pública no Senado Federal, dia 1º, para debater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da extinção da escala 6X1, com a redução da jornada, sem redução salarial.

Reinaldim discorreu sobre o evento e a defesa que os representantes das centrais sindicais e do governo fizeram da PEC que tramita no Senado, aguardando uma data para ser deliberada, tanto nas comissões temáticas, como no plenário daquela casa legislativa.

Lembrou das dificuldades em várias negociações salariais pelo Brasil afora em razão da possibilidade de aprovação da matéria e destacou, ainda, a importância das entidades sindicais laborais manterem a mobilização e a pressão, principalmente sobre os senadores, para aprovação da PEC, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

80 ANOS DO SESI – Reinaldim também informou sobre a sua participação na reunião do SESI por ocasião da celebração dos 80 anos da instituição, quando foi realizada uma sessão solene na Câmara dos Deputados. Sobre esse tema, lembrou dos volumosos valores recebidos compulsoriamente pelo Sistema S, enquanto as entidades sindicais laborais nada recebem e continuam passando dificuldades em razão contrarreforma trabalhista de 2017.

ENCONTRO JURÍDICO – O presidente também informou sobre a realização do 3º Encontro Jurídico da FETRACONSPAR com os representantes dos respectivos departamentos dos sindicatos filiados à Federação. Reinaldim disse que o evento pretende ser aberto à participação, presencial e online, de sindicatos e federações da base da CONTRICOM, uma excelente oportunidade para debater questões do mundo jurídico de interesse das entidades e dos trabalhadores.

CONTRICOM/CNTIC – Por fim, foram prestadas informações sobre a ação judicial movida pela CONTRICOM contra a CNTIC, já em fase de execução, lembrando que a entidade continua mobilizada e vigilante no acompanhamento do processo para a defesa de seus direitos.

NR-1: STF suspende por 90 dias multas ligadas à saúde mental no ambiente laboral

O ministro André Mendonça, do STF, determinou a suspensão, por 90 dias, das punições previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) relacionadas aos riscos psicossociais no ambiente de trabalho. A decisão atende parcialmente a uma ação apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

A decisão impede que empresas sejam multadas ou autuadas com base nesses dispositivos enquanto o Supremo tenta construir um acordo entre governo, empregadores e representantes dos trabalhadores.

A liminar não revoga as novas obrigações previstas na norma. As empresas continuam obrigadas a considerar fatores que possam afetar a saúde mental de seus funcionários, mas, durante o período de suspensão, esses critérios não poderão servir de fundamento para sanções administrativas.

O que muda na prática - Na prática, fiscais do trabalho ficam impedidos de aplicar multas, notificações punitivas ou outras medidas coercitivas baseadas exclusivamente nos trechos da NR-1 que tratam dos riscos psicossociais.

Essas diretrizes seguem válidas como referência para o gerenciamento de riscos ocupacionais, mas sua aplicação terá caráter orientativo até que o impasse seja discutido.

O caso foi encaminhado por Mendonça ao Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do STF. O objetivo é reunir representantes do governo federal, do setor produtivo e de outros interessados para discutir ajustes na regulamentação. O prazo inicial das negociações também será de 90 dias.

Fonte: InfoMoney

TST vai parametrizar regras para novas formas de trabalho

O TST vai estabelecer teses vinculantes para reger novas formas de trabalho, considerando fenômenos como a uberização — serviço em plataformas digitais — e a pejotização.

A projeção é da ministra Morgana de Almeida, do TST, em entrevista à revista eletrônica Consultor Jurídico durante o lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2026. Na visão da magistrada, as inovações tecnológicas já fomentam debates correntes na Justiça, mas ainda exigem respostas mais firmes das cortes superiores.

“Nesse quarto de século, vemos grandes modificações nos âmbitos social, estrutural e econômico. E, por certo, isso se reflete no mundo do trabalho. São novas formas contratuais que emergem, a exemplo da uberização e da pejotização”, afirma a ministra.

“O Tribunal Superior do Trabalho, órgão que tenho a grata satisfação de compor, vai parametrizar para todo o Brasil, em decisões vinculantes, a definição sobre essas temáticas. Sem esquecer, é claro, do Supremo Tribunal Federal, que tem a última palavra em matéria constitucional e trata de questões determinantes a esse respeito”, explica.

A ministra tratou também do avanço legislativo sobre a proposta que altera regras de descanso, em especial a mudança da escala 6x1 para 5x2. Na visão dela, a eventual adoção desse novo modelo deve gerar um impacto profundo na sociedade e nas empresas, com reflexo no Judiciário.

“É um contexto que traz uma alteração na Constituição, no artigo 7º, incisos 13 e 15, com um grande impacto para a população brasileira, tanto no âmbito empresarial como no aspecto social em relação à folga semanal remunerada dos trabalhadores, que passa a ser dois dias por semana, sábados e domingos”, avaliou a magistrada.



Brasil registra saldo positivo de 72.960 vagas formais de trabalho em maio, diz Caged

O Brasil criou 72.960 vagas de trabalho com carteira assinada em maio, registrando o pior desempenho para o mês desde 2020. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O saldo positivo de maio foi resultado de 2,207 milhões de admissões e 2,134 milhões de desligamentos. Na comparação com maio de 2025, quando o país havia registrado a abertura de 153.108 vagas, o desempenho deste ano representa uma desaceleração significativa da geração de empregos formais.

O saldo ficou bem abaixo da expectativa do mercado financeiro, cuja mediana apontava para a criação de 120 mil empregos formais, segundo levantamento do Valor Data. As projeções variavam entre 38,19 mil e 175 mil vagas.

No acumulado de janeiro a maio, o Brasil criou 767,3 mil empregos com carteira assinada. Apesar de permanecer positivo, o resultado também é o menor para os cinco primeiros meses do ano desde 2020.

Sudeste lidera geração de vagas - Quatro das cinco regiões brasileiras registraram saldo positivo na criação de empregos formais em maio. O Sudeste liderou a geração de vagas, com 45.873 postos, seguido pelo Nordeste, com 23.351. Também apresentaram resultados positivos o Norte, com 5.061 vagas, e o Centro-Oeste, com 2.016.

A única exceção foi a Região Sul, que encerrou o mês com fechamento líquido de 4.109 postos de trabalho.

Serviços impulsionam o mercado de trabalho - Todos os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em maio. O setor de serviços liderou a criação de empregos, com 45.655 vagas. Na sequência aparecem a construção, com 12.096 postos, a agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 10.205, e a indústria geral, com 4.974.

O comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas teve desempenho praticamente estável, com saldo positivo de apenas 40 vagas.

No acumulado do ano, os serviços seguem como principal motor da geração de empregos, com 493.917 vagas. Também registram saldos positivos a construção (154.448), a indústria geral (128.353) e a agropecuária (16.904). Em sentido contrário, o comércio acumula fechamento líquido de 60.503 postos de trabalho.

Salários de admissão recuam em maio - O Caged também aponta que o país registrou a criação líquida de 33.478 postos de trabalho em modalidades como contratos intermitentes, temporários, de aprendizes, vinculados ao Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física ou com jornada de até 30 horas semanais.

O salário médio de admissão dos trabalhadores com carteira assinada foi de R\$ 2.384,10 em maio, valor R\$ 17,97 inferior ao registrado em abril.

MTE: emprego formal alcança 57,2% dos jovens ocupados no Brasil

Uma pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostrou que 57,2% dos jovens entre 14 e 24 anos estão em empregos formais. O estudo anual “Os Jovens no Brasil – Permanências e necessidades de mudança” foi apresentado durante evento do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em São Paulo (SP), pela subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner.

Elaborado com dados do primeiro trimestre de 2026 da PNAD Contínua (com dados ajustados), complementados por registros da RAIS e do eSocial, o diagnóstico apresenta um retrato dos 32,9 milhões de brasileiros entre 14 e 24 anos, que representam 15,4% da população do país. O número de jovens ocupados é de 13,9 milhões. “O total de jovens ocupados superou o nível pré-pandemia em 569 mil pessoas. A recuperação do emprego entre os jovens ocorreu, mas o desafio passa a ser a qualidade e a permanência nesses postos”, ponderou a subsecretária.

Segundo Paula, os dados mostram que 57,8% dos jovens ocupados estão em empregos formais. Isso corresponde a 8 milhões de jovens com carteira assinada, com base nos dados da RAIS/2025. “A formalização logo no início da trajetória profissional é fundamental, pois ajuda o jovem a compreender as regras e os benefícios do mundo do trabalho formal, além de proporcionar uma experiência prática valiosa que pode direcionar seu futuro profissional”, destacou a subsecretária.

Em comparação a períodos anteriores, a taxa de informalidade recuou nas duas faixas etárias analisadas. Caiu de 80% para 72,8% entre os jovens

de 14 a 17 anos e de 44,3% para 39,4% entre os de 18 a 24 anos, no primeiro trimestre de 2026. Os números de desocupados e subocupados também recuaram e estão entre os menores patamares da série histórica iniciada em 2012. Entre os desocupados, 2,7 milhões têm entre 18 e 24 anos e 586 mil têm de 14 a 17 anos.

Os dados também mostram que a taxa de desemprego entre os jovens caiu pela metade desde o pico registrado em 2021. Na faixa dos 14 aos 17 anos, a taxa está em 25,1% e, entre os jovens de 18 a 24 anos, em 13,8%. No entanto, o índice continua mais que o dobro da média nacional, que é de 5,8%.

Pobreza recua ao menor nível em mais de uma década

A melhora do mercado de trabalho, o aumento da ocupação e o fortalecimento das políticas de transferência de renda reduziram significativamente o número de brasileiros nos segmentos sociais de menor renda.

Levantamento da consultoria 4Intelligence mostra que, em 2025, a população enquadrada nos segmentos D e E caiu para 19,4% do total do País. O menor percentual desde o início da série histórica, em 2012. O contingente representa cerca de 41 milhões de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita de até R\$ 760 por mês. Há pouco mais de uma década, esses segmentos correspondiam a 31,6% da população.

Durante a pandemia de covid-19, em 2021, chegaram ao pico de 34%, refletindo os efeitos da crise sanitária sobre emprego, renda e atividade econômica.

A reversão desse quadro, observada principalmente a partir de 2023, coincide com a recuperação do mercado de trabalho, a ampliação das políticas sociais e o fortalecimento de programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família.



Fila do INSS cai ao menor nível em 21 meses, com 1,8 milhão de pedidos

Reclamações por demora recuam 44% e concessões batem recorde

A fila de requerimentos do INSS encerrou junho com 1,8 milhão de pedidos, o menor patamar registrado nos últimos 21 meses. Os dados foram apresentados durante uma reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em Brasília.

Do total de solicitações, 825 mil estão em análise há menos de 45 dias. Outros 555 mil aguardam resposta há mais de 45 dias, enquanto 451 mil dependem de alguma providência do próprio segurado, como o envio de documentos ou informações complementares.

Segundo o diretor de Benefícios do INSS, Leonardo Bittencourt, o objetivo da autarquia é reduzir não apenas a quantidade de processos pendentes, mas também o tempo de espera para a conclusão dos pedidos.

Tempo de análise - O balanço mostra que o INSS vem concedendo, em média, 700 mil benefícios por mês. Em março deste ano, o instituto registrou o maior volume de concessões da série histórica, com 890 mil benefícios aprovados. Atualmente, o tempo médio para concluir a análise de um requerimento é de 50 dias.

Medidas adotadas - Segundo o INSS, a redução da fila é resultado de um conjunto de ações implementadas para acelerar a análise dos pedidos. Entre elas estão:

- Priorização do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB): foco na análise inicial dos novos requerimentos.
- Redução dos prazos internos: o tempo de análise pelo PGB caiu de 45 para 30 dias.
- Ampliação dos mutirões: aumento das vagas para avaliação social e perícia médica.
- Reforço das equipes: nomeação de 300 novos analistas do seguro social e 500 peritos médicos federais.
- Perícia conectada: expansão do atendimento por telemedicina em regiões com escassez de profissionais.
- Atestmed: utilização da análise documental de atestados médicos para pedidos de benefício por incapacidade, dispensando a perícia presencial em casos previstos.

Centrais sindicais lançam campanha solidária à Venezuela

As centrais sindicais lançaram uma campanha de solidariedade em apoio à população da Venezuela, afetada por uma série de fortes terremotos registrados desde a última quarta-feira. A iniciativa tem como objetivo arrecadar doativos para auxiliar as famílias atingidas pela tragédia. Na nota, os organizadores destacaram que a solidariedade internacional faz parte da trajetória do movimento sindical.

“A solidariedade internacional é um valor histórico do movimento sindical. Neste momento de dor e sofrimento, cada gesto de apoio pode fazer a diferença para milhares de famílias venezuelanas”, afirma o comunicado da campanha.

Fonte: Centrais Sindicais



Empresários sugerem mudanças à contribuição previdenciária sobre a folha

A melhor forma de calcular a contribuição previdenciária das empresas — sobre a folha de pagamento ou sobre o faturamento — foi debatida por representantes de entidades empresariais em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Enquanto alguns pediram a troca da atual contribuição previdenciária, calculada sobre a folha de pagamento, por uma cobrança sobre o faturamento, setores que exigem menos mão de obra defenderam que se possa optar por continuar contribuindo sobre a folha.

A audiência debateu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 1/2026), do senador Laércio Oliveira (PP-SE). Ela prevê a substituição do modelo atual, baseado na incidência de 20% sobre a folha de salários, pela adoção de uma alíquota sobre a receita bruta, de no máximo 1,4%, com vigência a partir de 2027. O debate foi convocado por requerimento de autoria do próprio Laércio Oliveira e do relator da proposta, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Laércio associou a PEC ao enfrentamento do envelhecimento da força de trabalho e de distorções do mercado de trabalho, como a informalidade e a chamada “pejotização”. Segundo o senador, a

proposta “promove um estímulo” a quem mais emprega, ao reduzir o imposto devido por empresas com maior geração de postos de trabalho.

PL da Misoginia tem urgência aprovada

A Câmara dos Deputados aprovou, por 293 votos contra 158, o regime de urgência para o projeto de lei que amplia o combate à misoginia no Brasil. Com a decisão, a proposta poderá ser analisada diretamente pelo Plenário, sem passar pelas comissões permanentes da Casa.

O texto altera a Lei Antirracismo para incluir os atos de misoginia, definidos como a prática, indução ou incitação de menosprezo ou discriminação contra mulheres que promovam violência, neguem a igualdade de direitos ou atentem contra sua dignidade da mulher.

A proposta também prevê pena de dois a cinco anos de prisão para injúria praticada em razão da condição de mulher, equiparando o crime à injúria racial. Também cria agravantes para crimes cometidos por duas ou mais pessoas ou contra crianças, adolescentes, idosas e pessoas com deficiência, além de permitir a suspensão temporária de perfis utilizados para divulgar conteúdos considerados misóginos.

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO